SOCIOLOGIA ECONÔMICA

A Responsabilidade Social Empresarial e o Investimento Responsável no Brasil: a constituição do espaço das práticas sociais dos empresários

Marina de Souza Sartore (Universidade Federal de Goiás).

Resumo

As transformações no mundo organizacional e das finanças geram oposições as quais definem as posições dos atores atuantes no espaço social o qual chamo de "Espaço das Práticas Sociais dos Empresários". O meu principal argumento é que estas transformações recentes ficam mais evidentes a partir da incorporação das idéias da Sustentabilidade Empresarial (SE) por atores ligados ao campo das finanças, a qual ocorre a partir da criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 2005. Concluo este artigo apresentando a cartografia deste espaço social formado a partir de polarizações entre a Filantropia, o velho, o tradicional, o local versus o Meio-Ambiente, o novo, o moderno e o Global ou ainda, de um lado, as Finanças e o Investimento Socialmente Responsável versus a Responsabilidade Social Empresarial e a Sustentabilidade Empresarial.

Introdução[1]

As práticas de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) no espaço organizacional ganham ênfase a partir da década de noventa, principalmente pela atuação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas, criado em 1998. No entanto, a idéia de que o empresário possui um papel social a ser desempenhado em prol da sociedade não apenas antecede os anos noventa, como vem passando por transformações criando novas formas de atuação no mundo dos negócios. Estas transformações, dentre as quais situo a Responsabilidade Social Empresarial, geram oposições as quais definem as posições dos atores sociais atuantes na emergência do espaço social o qual chamo de "Espaço das Práticas Sociais dos Empresários".

O espaço social ao qual faço referência é o conceito utilizado por Pierre Bourdieu o qual é "construído sobre a base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que agem no universo social considerado" (BOURDIEU, 1984: 03).

Para esboçar os contornos deste espaço social, este artigo recupera os agentes envolvidos com o tema das práticas sociais dos empresários focando principalmente as suas transformações recentes. O meu principal argumento é que estas transformações recentes ficam mais evidentes a partir da incorporação das idéias da Sustentabilidade Empresarial (SE) por atores ligados ao campo das finanças, a qual ocorre a partir da criação do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 2005. Ao fazê-lo, busca contribuir para a discussão sobre a especificidade do modelo de capitalismo que está se formando no Brasil o qual, segundo Grün (2009:159), "o campo financeiro adquiriu centralidade e sua dinâmica interna é decisiva para a conformação dos demais setores da economia".

[1] Agradeço a CAPES pelo financiamento da Tese de doutorado da qual este artigo é o resultado. Agradeço ao orientador desta tese, Roberto Grün, aos colegas do Núcleo de Estudos de Sociologia Econômica e das Finanças e a banca de minha defesa pelos valiosos comentários.

Para a recuperação dos atores sociais, utilizei a pesquisa documental e a busca em mini-biografias publicadas em páginas eletrônicas. Para a melhor compreensão das distinções formadas, dividi este artigo em três momentos distintos, porém interdependentes. O primeiro momento remete à ramificação da Filantropia Empresarial para as práticas da Responsabilidade Social das Empresas (RSE). O segundo consiste na distinção entre a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e a Sustentabilidade Empresarial. No terceiro, a Sustentabilidade Empresarial é incorporada pelo setor financeiro, desdobrando-se em Finanças Sustentáveis (FS), a qual abriga as práticas de Investimento Socialmente Responsável (ISR).

Desta forma, recupero alguns atores sociais importantes para a consolidação destes diferentes momentos e concluo este artigo apresentando este espaço social formado a partir de polarizações entre a Filantropia, o velho, o tradicional, o local versus o Meio-Ambiente, o novo, o moderno e o Global ou ainda, de um lado as Finanças e o Investimento Socialmente Responsável versus a Responsabilidade Social Empresarial e a Sustentabilidade Empresarial.

1- Filantropia Empresarial versus Responsabilidade Social das Empresas

O surgimento da Filantropia Empresarial no Brasil tem uma pré-história nos anos 60, com a criação da Associação Cristã dos Dirigentes de Empresas do Brasil criada para chamar a atenção para o papel social dos empresários (CAPPELLIN E GIULIANI 2004).

No entanto, Beghin (2005) situa as origens da RSE contemporânea nos anos 80, quando o Brasil vivenciava o fim do regime militar, o advento da globalização econômica e financeira, a novidade gerencial da reestruturação do trabalho e o encolhimento do papel social do Estado. Estas mudanças criaram um cenário brasileiro paradoxal nos moldes descritos por Castel (1998) para a França e Guilhot (2006) para os Estados Unidos: o cenário da década de 80 presenciava o aumento da pobreza enquanto testemunhava a acumulação de riquezas pelas empresas. Para resolver este paradoxo, surgem as ações sociais por parte dos empresários.

Beghin (2005) separa a criação das práticas sociais dos empresários em dois momentos distintos: o primeiro pertence à década de 80, quando a preocupação era a de erradicar a pobreza através da Filantropia Empresarial impulsionada por um sentimento religioso através do qual a ajuda é dada por esmolas e doações por parte dos empresários. Este tipo de Filantropia Empresarial é questionado na década de 90 por instituições que irão implantar a "Neofilantropia Empresarial" (BEGHIN 2005:54) através da qual se busca gerir continuamente a pobreza e não mais erradicá-la.

Como porta-voz da Filantropia Empresarial aparece a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social (FIDES) criada em 1986 com o intuito de humanizar as empresas e refletir sobre a sua relação com a sociedade (CAPPELLIN E GIULIANI 2004). Esta Fundação foi precedida pelo Instituto de Desenvolvimento Empresarial o qual tem suas origens baseada em princípios religiosos (AGÜERO 2005).

A FIDES foi fundada e institucionalizada por empresários e executivos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul (FIDES 2010). O atual conselho curador é formado por Alberto Augusto Perazzo, Alberto Luiz Gonçalves Soares, Álvaro Conde Lemos Filho, Jan Wiegerinck, Nelson Gomes Teixeira (que chegou a ser presidente da Associação dos Dirigentes Cristãos no Brasil) e Peter Nadas. (FIDES 2010b) Ao analisar a mini-biografia destes agentes, é possível verificar que, em sua maioria, eles pertencem à geração de empresários tradicionais da década de sessenta e setenta, orientados por uma ação social católico-cristã, atuantes como conselheiros em Organizações Não Governamentais e militantes pelo ensino da Ética para os cursos de administração e negócios.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) foi criado em 1980 com o "caráter suprapartidário e supra-religioso, dedicado a democratizar a informação sobre as realidades econômicas, políticas e sociais no Brasil" (IBASE 2010). O IBASE possui uma característica ambígua,

pois, ao mesmo tempo em que foi fundado por um líder de orientação cristão-católica, nascido em 1935, aproximando-o da Filantropia Empresarial, este mesmo líder passou a cobrar uma atuação social mais sistemática das empresas monitorada pela publicação do Balanço Social, aproximando-o das bases da NeoFilantropia Empresarial.

Como porta-vozes da "Neofilantropia Empresarial" estão o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto Ethos.

O Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE) foi formado por 25 representantes de grupos privados nacionais (CARRION E GARAY 2000) e tem como principal contribuição a implementação da idéia de "Investimento Social Privado". Esta ideia é associada a de Neofilantropia Empresarial, pois foca a sistematização da gestão da pobreza. Segundo o GIFE (2009), o Investimento Social Privado consiste no "repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público".

O planejamento das ações sociais dos empresários ocorre através das Fundações de Empresas, ou seja, Instituições criadas pelas empresas com o intuito de gerir as suas práticas sociais (GUILHOT 2006). Os profissionais que participaram na fundação do GIFE têm em comum a atuação profissional em empresas de grande porte, o que os levou a assumirem a direção das Fundações sociais destas empresas. Trata-se de um grupo de executivos atuantes na década de 80 e que incorporaram a idéia de atuação social mais sistemática pelo empresariado nacional[2].

Estamos na década de 80 quando, segundo Diniz e Boschi (1993), a crise política opunha empresários pela intervenção estatal na economia e pela ideologia neoliberal a qual culminou na formação de novos grupos de representação de interesses, dentre os quais o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

O PNBE foi criado em 1987, a partir de uma audiência pública convocada por, naquele momento, jovens lideranças, com o intuito de debater as propostas dos empresários submetidas à Assembléia Constituinte como também, resolver a crise de representatividade do empresariado neste período (BIANCHI 2001). Segundo Assis (2008), o grupo que formou o PNBE consiste de empresários que participavam da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), mas, no entanto, criticavam-na, pois, acreditavam que "Os empresários queriam mais independência e consideravam a FIESP muito ligada ao governo e em constante posição de confronto com os sindicatos" (ASSIS 2008). Em sua visão, o PNBE procurava modernizar as relações entre os empresários e a sociedade (AGÜERO 2005) e inicialmente pregava uma participação conjunta do Estado e do empresariado para a construção de uma sociedade democrática brasileira assim como uma maior participação dos trabalhadores (BIANCHI 2001).

Oded Grajew e Emerson Kapaz são os principais executivos que lideraram a formação do PNBE. Engenheiros (o primeiro formado pela Universidade de São Paulo e o segundo formado pelo Instituto Mackenzie) e com pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, ambos trabalhavam em médias empresas com atuação na fabricação de jogos e brinquedos (o primeiro fundou a Grow – jogos e brinquedos em 1972 enquanto o segundo assumiu a Elka Plásticos, empresa familiar que havia sido fundada por seu pai).

A década de 90 representou um aumento do setor de serviços no Brasil, assim o PNBE passou a ser majoritariamente composto por pequenos e médios empresários que atuavam principalmente no setor de serviços e que militavam por uma participação desta parcela do empresariado para a constituição da democracia no Brasil. (BIANCHI 2001).

Segundo Agüero (2005), a criação da Fundação Abrinq pelos direitos da criança e do adolescente foi fundamental para o desenvolvimento do conceito de RSE no Brasil. A fundação foi criada por membros associados ao PNBE, com o intuito de defender os direitos da criança e do adolescente

[2] Para esta pesquisa foi possível mapear três co-fundadores do GIFE: Antonio Martinelli, Margarida Ramos, Evelyn Ioschpe

principalmente no que concerne ao trabalho infantil. Não surpreende o fato de que o grupo tenha fundado uma organização não-governamental na busca de soluções para problemas sociais visto que o PNBE acreditava que o empresariado poderia "dar conta, com êxito, das funções sociais do Estado". (Membro de PNBE entrevistado por DINIZ e BOSCHI 1993)

Pela reconstituição de Agüero (2005), um pequeno grupo da Abrinq passou a estudar como a Responsabilidade Social das Empresas era desenvolvida nos Estados Unidos e na Europa. Estas pesquisas levaram o grupo a entrar em contato com o *Business for Social Responsibility* (BSR) o que levou à fundação do Instituto Ethos de Responsabilidade Social das Empresas em 1998.

Segundo Young (2008), o grupo que começou o Instituto Ethos era composto por "Oded [Grajew], Guilherme [Peirão Leal], Helio (Mattar), eu [Young], Sérgio Mindlin, Emerson [Kapaz], Eduardo Capobianco". Enquanto Oded assumiu a presidência do Instituto Ethos seguido por Ricardo Young, Hélio Mattar assumiu a presidência do Instituto Akatu para o consumo consciente; Eduardo Capobianco assumiu a presidência da Transparência Brasil, Organização Não-Governamental fundada para combater a corrupção.

Em sua maioria, os fundadores do Instituto Ethos passaram pela Fundação Getúlio Vargas e vieram do PNBE. Segundo Young (2008), o grupo que fundou o Instituto Ethos pertenceu ao PNBE e estavam todos ligados à fundação Abrinq. A trajetória destes agentes revela a convergência existente entre organizações que a primeira vista parecem distintas, mas que foram criadas a partir de um mesmo grupo geracional de atores sociais. Gomes (2007 :170), "desenvolvimento da RSE no Brasil foi um desdobramento de uma nova orientação política de um setor do empresariado, que incorporou "exemplos práticos" de intervenção social como parte de sua atuação política, nos final dos anos 80". Portanto, pode-se inferir que este grupo caracteriza-se por executivos, atuantes na década de 90, ligados à FIESP, ao PNBE e à Fundação Abrinq, ligados à esfera internacional e que passaram a atuar no terceiro setor criando as suas próprias instituições de atuação distinguindo-se dos empresários industriais tradicionais.

A criação do Instituto Ethos pode ser considerada uma das evidências do surgimento de um novo tipo de empresário que, para distinguir-se do empresariado industrial tradicional, criou uma nova maneira de pensar associada ao empreendedorismo (pois muitos eram ligados a pequenas e médias empresas), à participação ativa do empresariado brasileiro em questões sociais através da criação e participação em institutos e Organizações Não-Governamentais como o próprio Instituto Ethos, o Instituto Akatu, a Fundação Abrinq, O Instituto Transparência Brasil e etc.

A partir desta diferenciação, estes atores viabilizam as suas inserções enquanto empresários na sociedade brasileira. Esta inserção pode ser averiguada não apenas pela continuidade de existência das instituições que fundaram, mas também pela exposição destes atores na mídia de negócios nos dias de hoje. Oded Grajew teve 138 e Ricardo Young teve 127 citações no "O Estado de São Paulo" entre 2000 e 2010.

Deste modo, o discurso escolhido por este novo empresariado demonstrou ser profícuo e constituiu uma nova polarização entre os empresários: a do empresariado socialmente responsável versus o empresário tradicional sem preocupações sociais. Mais ainda, surge a primeira distinção entre os empresários com foco na ética dos negócios e na participação do empresário por crenças religiosas (década de 60/70) versus estes novos entrantes que pensavam na atuação social do empresário de maneira mais ampla e sistemática.

2- Responsabilidade Social X Sustentabilidade Empresarial

Paralelamente ao desenvolvimento da idéia de RSE e Investimento Social Privado, a década de 90 apresentou dois movimentos que possibilitaram a eclosão da idéia de Sustentabilidade Empresarial

(SE): a ênfase para a idéia de Desenvolvimento Sustentável a partir da realização da conferência mundial sobre o meio ambiente (ECO-92) e a ênfase ao conceito de Governança Corporativa no Brasil.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável se difundiu através da *United Nations Conference on Environment and Development* UNCED-92, porém a origem oficial do conceito é comumente atribuída ao relatório divulgado pelas Nações Unidas em 1987 intitulado, "*Our Common Future*" ou "Relatório de Brundtland" segundo o qual, "a humanidade tem a habilidade de realizar o Desenvolvimento Sustentável para garantir que ela satisfaça as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades" (BRUNDTLAND 1987)

A UNCED-92 teve como um de seus desdobramentos a criação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) por Israel Klabin. No plano internacional, a UNCED-92 provocou a criação do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), uma associação global que reúne executivos que lidam com a Sustentabilidade e os negócios e que, em 1997 lançaram a sua filial brasileira, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) sob o comando de Fernando Almeida.

As características de seus fundadores são emblemáticas pois ambos adotam a postura de executivos que operam na esfera pública, ou via participação política [Klabin foi prefeito do Rio de Janeiro em 1979] ou via trabalho acadêmico em agências público-estatais como o fez Fernando Almeida.

Deste modo, é possível observar uma distinção baseada na localização geográfica dos agentes. Se por um lado, tanto a FBDS quanto o CEBDS apareciam no Rio de Janeiro associando as ações sociais do empresariado principalmente ao meio ambiente e a uma visão do longo prazo, em São Paulo, aparecia a idéia de Investimento Social Privado e de Responsabilidade Social Empresarial, associando as ações sociais dos empresários a uma dimensão estratégica voltada para os públicos interessados.

Enquanto as idéias em torno das práticas sociais eram institucionalizadas, a idéia de que o executivo deve prestar contas para o acionista também ganhava forças.

O retorno à idéia de Friedman (1970) que as empresas deveriam prestar contas prioritariamente aos seus acionistas ocorreu a partir da nova conotação atribuída ao termo "Governança Corporativa" o qual foi criado na forma de práticas para que a relação entre o executivo e o acionista fosse transparente, priorizando os interesses dos acionistas. Esta concepção foi difundida no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) na segunda metade da década de noventa.

Observa-se, portanto o surgimento de dois movimentos, à primeira vista, paradoxais: enquanto a Responsabilidade Social das Empresas, representada pelo Instituto Ethos, prega o foco das ações do executivo nos públicos interessados, a Governança Corporativa, representada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, prega o foco nas boas relações das empresas com seus acionistas.

Este paradoxo é solucionado no âmbito do setor financeiro através da progressiva incorporação da dimensão da Responsabilidade Social Empresarial como um dos pilares da Governança Corporativa. Segundo Sartore (2006), esta união é particularmente bem evidente no setor bancário brasileiro. Para os bancos, incorporar as dimensões sociais e ambientais da empresa junto a sua dimensão financeira passou a significar Sustentabilidade Empresarial. Esta nova significação pode ser resumida pelo depoimento de Cunha ao relatar o motivo pelo qual o então Banco ABN AMRO Real não publicava o "Balanço Social", mas sim um "Relatório de Sustentabilidade".

> A gente tem uma luta diária para falar que não estamos presos somente às questões sociais, é mais do que isso: *é meio-ambiente, sociedade e lucro*. Quando se fala em balanço social, leva-se a crer somente que é *apoio social: destinar dinheiro à ONG é preocupar-se somente com questões sociais*, mas, na verdade se têm mais coisas (...) que são os *stakeholders*. Por isso a gente fala em relatório de sustentabilidade. Não é nenhuma crítica ao IBASE porque

> começou assim, no balanço social, não se falava muito de sustentabilidade, mas a gente vê isso como uma coisa maior, e, esse nome, *balanço social, pode levar a pensar em prestação de contas sociais, mas não é só isso.* Muito pelo contrário, quando a gente fala as matérias aqui, a gente diz como isso deve se inserir nos negócios, como a gente *consegue bons resultados* levando a sustentabilidade em conta. (CUNHA, 2005 entrevistado e citado por SARTORE 2006:06).

A distinção expressa por Cunha (2005) é emblemática no sentido em que situa o balanço social no lado estritamente "social" e o relatório de Sustentabilidade em uma esfera mais abrangente considerando o meio-ambiente, a sociedade e o lucro. A visão de Sustentabilidade Empresarial de Cunha é análoga à idéia de *Triple Bottom Line* cunhada pela consultoria inglesa *SustainAbility* em 1994 e cujos princípios se baseiam no *People, Planet and Profit* [Pessoas, Planeta e Lucro] através dos quais uma empresa é avaliada pelas suas dimensões sociais, econômicas e ambientais. Neste sentido, a Sustentabilidade Empresarial passa a ser a nova versão das idéias de *Triple Bottom Line* aliadas à idéia de preocupação com o longo prazo.

Esta configuração abre o espaço para que os atores ligados às finanças incorporem a idéia de Sustentabilidade Empresarial sob outra nomenclatura: Finanças Sustentáveis.

3. Sustentabilidade Empresarial X Finanças Sustentáveis (Investimento Socialmente Responsável)

O início do século XXI apresenta a construção de uma nova distinção cognitiva devido à incorporação das práticas de Sustentabilidade Empresarial pelo setor financeiro. Esta nova distinção cria duas novas polaridades entre a Responsabilidade Social das Empresas, originada pelos empresários paulistas e o Investimento Socialmente Responsável (ISR) originado pelos investidores e gestores de fundos de investimentos os quais buscam, através de inovações financeiras, situar a profissão que exercem no espaço social.

No Brasil, a difusão do mercado do ISR está intrinsecamente relacionada à objetivação da Sustentabilidade Empresarial no Índice de Sustentabilidade Empresarial na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Assim, para compreendermos quem foram os agentes de criação do mercado ISR, é necessário olharmos para os agentes sociais que constituíram o Índice de Sustentabilidade Empresarial. A elaboração do ISE é resultado da convergência de um grupo ligado ao então banco ABN AMRO REAL, da Fundação Getúlio Vargas e de entidades internacionais como a Iniciativa Financeira do Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP-FI). Vamos nos debruçar sumariamente sobre cada uma delas.

ABN AMRO REAL

O primeiro fundo socialmente responsável lançado no Brasil surgiu como resultado do processo de concentração bancária no final dos anos noventa. A aquisição do Banco Real pelo Banco ABN AMRO gerou uma série de estratégias para criar uma nova imagem do banco associada às idéias de preservação do meio-ambiente e da sociedade. Um de seus resultados consistiu na criação do fundo Ethical do então Banco ABN AMRO Real[3] em 2001 (SÃO PAULO 2006).

Segundo informações adquiridas em entrevista com um interlocutor do Fundo Ethical em 2008, obtive a informação de que desempenharam papel pioneiro nesta empreitada o presidente do Banco,

[3] O Banco ABN AMRO REAL foi comprado em 2008 pelo Banco SANTANDER. Porém, como os desdobramentos de nossa história ocorreram quando o banco era chamado BANCO ABN AMRO REAL, será assim referido ao longo do texto.

Fábio Barbosa, além do coordenador geral da *Asset Management*, Luiz Eduardo Passos Maia, o seu primeiro gestor, Luiz Ribeiro e o primeiro Analista, Pedro Angeli Villani.

Os profissionais ligados ao Banco ABN AMRO REAL têm, em sua maioria, formação em negócios, pertencem a uma geração de profissionais atuantes no mundo das finanças através do setor bancário e possuem estudo ou experiência profissional no exterior.

Fábio Barbosa, particularmente, construiu a imagem do Banqueiro Verde (PRADO, ROSENBURG 2007) ao inserir as idéias de Sustentabilidade Empresarial na estratégia do Banco ABN AMRO REAL. A figura de Fábio Barbosa é emblemática, pois não apenas criou um nicho de atuação dos dirigentes dos bancos a partir da ótica da Sustentabilidade Empresarial, como a expandiu como um diferencial de gestão e de atuação política dos bancos.

A expressiva presença de executivos do ABN AMRO REAL em diretorias de entidades de representação de classe como a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) ou ainda, no Banco Central (MINELLA 2009) pode ter contribuído para a expansão das idéias de Sustentabilidade Empresarial no mercado financeiro. Não é por acaso que, em 2002, a FEBRABAN criou uma comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade e, particularmente, em 2007, iniciou o ciclo "café com sustentabilidade" que consiste em manhãs de debate sobre a sustentabilidade. Por fim, em 2009, realizou o Seminário FEBRABAN de Finanças Sustentáveis.

Ainda não é por acaso que a crescente realização de eventos que discutem finanças e sustentabilidade tenha ocorrido a partir do ano de 2007 quando Fábio Barbosa assumiu a diretoria executiva da FEBRABAN.

Junto ao Fábio Barbosa, o personagem de Luiz Eduardo Passos Maia é relevante para compreendermos a emergência dos Investimentos Socialmente Responsáveis no Brasil. Luiz Eduardo Passos Maia trabalhou no Banco ABN AMRO REAL na implementação do Fundo Ethical e posteriormente, em 2003, procurou a BOVESPA[4] com o intuito de desenvolver um índice para servir de parâmetro ao Fundo Ethical. Para tal tarefa requisitou a parceria do Instituto Ethos e do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Luiz Eduardo Passos Maia é um dos diretores executivos da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) e foi o primeiro representante deste grupo no grupo que forma o Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial. Possui ampla circulação no espaço internacional, pois trabalhou em bancos no exterior. Esta circulação pelo espaço internacional lhe rendeu o aumento em seu capital social que fica evidente pelo alto número de participações como palestrante em fóruns nacionais e internacionais sobre o tema. Desta maneira, tanto Fábio Barbosa quanto Luiz Eduardo Passos Maia apresentam um novo perfil profissional no espaço das finanças: o perfil do profissional preocupado com o meio-ambiente, o lucro e a sociedade e que ocupa cargos de diretoria em associações de representação de interesses de classe a que eles pertencem e com alta circulação na esfera dos negócios financeiros internacionais.

Luiz Ribeiro e Pedro Angeli Villani construíram carreira no Banco ABN AMRO REAL e também circulam em conferências internacionais sobre o Investimento Socialmente Responsável. Luiz Ribeiro passou a atuar no *International Finance Corporation* (IFC) enquanto Pedro Angeli Villani manteve a sua carreira no Banco ABN AMRO REAL. Ambos também possuem uma atuação profissional vinculada ao setor bancário associada a uma circulação no plano internacional das finanças.

[4] Informação obtida em entrevista realizada com Luiz Eduardo Passos Maia em dezembro de 2008, na ocasião da realização do Fórum do Investidor Responsável do programa *New Ventures*. O entrevistado não autorizou a gravação da entrevista que ocorreu na forma de anotações em bloco de notas.

ACADEMIA E TERCEIRO SETOR

O grupo de analistas de investimentos do Banco ABN AMRO REAL, particularmente através da figura de Luiz Eduardo Passos Maia convergiu a atuação com atores ligados ao setor acadêmico e ao terceiro setor. No ano de 2000, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) "Amigos da Terra" lançou o programa "Eco-Finanças" que visa monitorar e assegurar que os investimentos e financiamentos das instituições financeiras estejam dentro dos padrões da sustentabilidade. (ECO-FINANÇAS 2010).

Uma das atividades do projeto consistiu no treinamento de mais de 1500 funcionários do Banco ABN AMRO Real em 2002 (MANO 2004). Este treinamento é emblemático, pois apresenta uma convergência entre um projeto do terceiro setor [ECO-FINANÇAS] liderado por atores sociais atuantes na Fundação Getúlio Vargas-EAESP, aplicado em um banco comercial privado (ABN AMRO Real). Este encontro permitiu a criação de um espaço de convergência entre os líderes do Banco ABN AMRO REAL que vinham desenvolvendo projetos na área da Sustentabilidade com líderes interessados em criar e monitorar estas práticas a partir da área acadêmica e do terceiro setor.

A Fundação Getúlio Vargas já estava atuando em estudos sobre a ética nos negócios através da criação do Centro de Estudos de Ética nas Organizações (CENE) em 1997. Este centro cooperava com a FIDES. Assim, no âmbito das instituições acadêmicas, a Fundação Getúlio Vargas, tanto pela existência do CENE em 1997 como pela posterior criação do CES em 2003, procura criar um perfil diferenciado de administradores e economistas com a ênfase na Sustentabilidade Empresarial.

Dentre os projetos do CES, encontramos o desenvolvimento da metodologia para a elaboração da carteira teórica do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

A participação do CES no ISE é por eles entendida como uma atividade dentro de um campo maior que o instituto denomina Finanças Sustentáveis a qual não apenas diria respeito aos investimentos financeiros, mas também "à atuação do sistema financeiro de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta" (CES 2010). Assim, "Finanças Sustentáveis" procura englobar todas as atividades desenvolvidas pelo setor financeiro para alcançar a Sustentabilidade tanto na questão do investimento como na concessão de crédito e inclusão bancária. Para consolidar esta idéia, o CES, convergindo com o *Internacional Finance Corporation* (IFC) e com o apoio da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) lançou em 2005, o Fórum Latino Sobre Finanças Sustentáveis (LASFF) com para promover as finanças sustentáveis na América Latina.

Segundo o LASFF, um dos aspectos das Finanças Sustentáveis é o mercado de capitais que engloba as práticas de Investimento Socialmente Responsáveis.

A partir dos desdobramentos das estratégias da convergência destes agentes é possível identificar a criação da nova polarização que é traduzida pela Responsabilidade Social Empresarial de um lado e pelo seu desdobramento em Investimento Socialmente Responsável de outro. Vale ressaltar que tanto o mundo empresarial da Responsabilidade Social das Empresas quanto o mundo financeiro das Finanças Sustentáveis defendem o mesmo ponto de vista, mas o fazem com vocabulários específicos de seu campo de atuação os quais acabam criando distinções na linguagem as quais "criam" novas realidades. Este processo é o que Bourdieu (1982) chama de Efeito de Teoria.

Assim, o CES, em parceria com o Banco ABN AMRO REAL e com o ECO-FINANÇAS, cria uma nova linguagem associada às Finanças Sustentáveis associadas a novas ferramentas de análise para definir o que é ser sustentável financeiramente ou não. Ao fazê-lo, cria e legitima um mercado próprio de atuação. A militância do CES pela difusão do ISR fica explícita na fala de Monzoni (2008) quando afirma que a "Sustentabilidade será o *mainstream* – não haverá outra possibilidade de investimento que não incorpore questões de governança, sociais e ambientais".

Na França, o mercado do Investimento Socialmente Responsável ganhou impulso a partir da criação de uma agência de notação social chamada ARESE, ou seja, a partir da existência de um grupo

reconhecido como *expert* na temática em atribuir notas para as empresas sustentáveis. Posteriormente, outras agências surgiram. (LOISELET 2003). O CES da Fundação Getúlio Vargas ocuparia no Brasil uma posição análoga à ARESE no começo do mercado ISR na França, pois consiste no único grupo de profissionais que não atua no mercado financeiro a disponibilizar este tipo de serviço de notação social a partir da elaboração da metodologia do Índice de Sustentabilidade Empresarial.

O grupo que formou o CES constitui uma primeira geração de profissionais formados na área de negócios e que também atuaram no terceiro setor. Este grupo, o qual atuou no treinamento dos gerentes do ABN AMRO Real consistiu no então seu coordenador, Mário Monzoni, e a então responsável pela comunicação do projeto, Gladis Ribeiro. Se estes primeiros atores foram relevantes para a criação das idéias associadas ao ISR, já é possível observar o desdobramento desta atuação através do aparecimento de uma segunda geração de atores que circularam pelo projeto Eco-Finanças e criaram a consultoria "Finanças Sustentáveis". Seus idealizadores, Cássio Trunkl e Victorio Mattarozzi, são ex-bancários com circulação internacional. Ambos realizaram a elaboração dos critérios sócio-ambientais do Índice de Sustentabilidade em suas versões de 2005 e 2006.

Assim, os desenvolvimentos institucionais na área da Sustentabilidade e das Finanças no começo do século XXI, abriram o espaço para que profissionais da área de negócios com passagem pelo terceiro setor encontrassem um nicho de atuação: enquanto o primeiro grupo buscou a consagração pela esfera acadêmica, o segundo buscou a consagração na esfera do conselho especializado a partir da criação de uma consultoria. Ambos os grupos têm uma ligação com o Índice de Sustentabilidade Empresarial reforçando a hipótese de que uma passagem pela esfera do ISE torna o profissional legítimo para a atuação no âmbito das Finanças Sustentáveis e mais particularmente, no âmbito do Investimento Socialmente Responsável no Brasil.

INFLUÊNCIA INTERNACIONAL

A Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (UNEP-FI) foi lançada em 1991 pelas Nações Unidas em parceria com bancos comerciais. A UNEP-FI tem uma dupla importância para o desenvolvimento do Investimento Socialmente Responsável na medida em que desenvolve debates internacionais sobre o tema ao mesmo tempo em que possui um Grupo de Trabalho, em parceria com o *International Finance Corporation*, braço privado do Banco Mundial, com atuação direcionada ao desenvolvimento do sistema financeiro em mercados emergentes.

Ao analisar as temáticas das conferências da UNEP-FI a partir de 1994, é possível observar claramente as transformações das temáticas centrais: inicialmente o foco era as relações do setor financeiro com o meio-ambiente, em seguida, as conferências incorporaram o termo "Sustentabilidade" e por fim, inseriram a temática "Investimentos" a qual incorpora o Investimento Socialmente Responsável.

A UNEP-FI possui uma área de atuação chamada "Investimentos". Dentre as diversas atividades desenvolvidas pela linha de Investimentos da Iniciativa Financeira, uma nos é de particular interesse: o projeto "Investimento Responsável em Mercados Emergentes" [*Emerging Market Responsible Investing*] iniciado em 2004 através da colaboração com o *International Finance Corporation* (IFC) e com o suporte financeiro do Ministério de Relações Internacionais da Holanda e da Agência de Desenvolvimento Internacional da Suécia.

O *International Finance Corporation* participa deste projeto através de seu programa inicialmente chamado *Sustainable Financial Markets Facility* que atualmente se subdivide em dois programas: o Programa de Investimento Sustentável [Sustainable Investing Program] e a Sustentabilidade nos Mercados Financeiros [Financial Markets Sustainability].

O programa de Investimentos Sustentáveis atua através de instituições financeiras internacionais para promover o desenvolvimento das Finanças Sustentáveis em mercados emergentes. Este programa

foi o financiador do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa lançado em 2005 (CAMBA FARIELLO E PAVINI 2005). O IFC financiou o indicador com um primeiro investimento de U$ 85.000,00 com trabalho de consultoria para o desenvolvimento da metodologia do índice. Em janeiro de 2007, foi aprovado mais um investimento de U$120.000,00 (MANASSEH 2007).

Para englobar grandes Investidores Institucionais como os Fundos de Pensão, o programa das Nações Unidas chamado Pacto Global junto à UNEP-FI lançaram, em 2006, os Princípios para o Investimento Responsável (PRI). No entanto, já em 2003, no Brasil havia uma iniciativa do Instituto Ethos junto a Associação Brasileira dos Fundos de Pensão (ABRAPP) para lançarem os princípios básicos de Responsabilidade Social os quais fariam parte de uma cartilha para o Investimento Socialmente Responsável.

O PRI tem como base a incorporação da idéia por parte dos investidores institucionais de que investir com critérios de governança, sociais e ambientais podem afetar positivamente a desempenho das carteiras de investimento. Assim, a proposta é a de criação de um referencial para que os investidores possam incorporar estas práticas ao seu dever de gerir recursos de terceiros

Segundo Rebouças (2006), o Fundo de Pensão PREVI, junto ao Fundo de Pensão da Tailândia, foram os únicos dois grupos do terceiro mundo convidados para participar da elaboração destes princípios. Sérgio Rosa, presidente da PREVI citado por Rebouças (2006) afirma que,

> na condição de investidores institucionais, temos o dever de dar prioridade aos interesses de longo prazo de nossos beneficiários (...) acreditamos que temas como meio ambiente, desenvolvimento social e governança corporativa podem afetar o desempenho das carteiras de investimento variando em níveis por empresas, setores, regiões, classe de ativos e através do tempo (ROSA citado por REBOUÇAS 2006)

Como decorrência destas iniciativas, em fevereiro de 2009, é possível observar a participação de 28 signatários brasileiros no PRI. Este posicionamento dos Fundos de Pensão pode ser atribuído ao que Jardim (2009) evidencia em seu trabalho que demonstra a financeirização dos fundos de pensão brasileiros sob a direção de uma "elite sindical". Este grupo, para se diferenciar de seus antecessores estaria mais dispostos a aderir à filosofia do ISR. Os fundos de pensão brasileiros ganham cada vez mais destaque no cenário econômico-financeiro como evidenciar a edição de fevereiro do Valor Investe ao chamar os fundos de pensão de "Novas Estrelas da Bolsa[5]". O mercado de ISR no Brasil em 2007 possuía 12 fundos operacionalizados por bancos comerciais que possuíam um patrimônio total de R$1, 376 bilhão. Com a entrada dos Fundos de Pensão neste mercado, calculou-se que os ativos totais em ISR ultrapassariam os R$380 bilhões (MATTOS 2007). Assim, Monzoni entrevistado por Mattos (2007) afirma que "com o poder econômico desses fundos, mesmo que entrem discretamente no mercado, já fará uma bela diferença". Desta forma, os agentes ligados ao ISR acreditam que a adesão dos fundos de pensão para as práticas do ISR é fundamental para o sucesso deste mercado em escala nacional e mundial.

4 Considerações Finais sobre A (Re) Constituição Do Espaço Das Práticas Sociais: Da Filantropia Ao Investimento Socialmente Responsável

O presente artigo apresentou algumas instituições relevantes para a compreensão do espaço da Responsabilidade Social Empresarial e do Investimento Socialmente Responsável.

[5] As estrelas da bolsa. **Valor Investe** Ano 07 Número 36. Fevereiro de 2010. A revista evidencia a crescente participação dos fundos de pensão no financiamento de empresas de infraestrutura no Brasil.

As distinções que foram criadas através da evolução da história das práticas sociais dos empresários situam os indivíduos em quatro pólos distintos como ilustrado na figura no anexo 1: ao norte, os executivos de gerações empresariais das décadas de 60/70 e 80, ligados ao tradicionalismo, à filantropia e às ações mais nacionais [pois não têm ampla circulação internacional]. Ao sul, os executivos da década de 90 e início do século XXI, a vanguarda, ligados ao meio-ambiente e com alta circulação internacional. À direita, os indivíduos ligados ao mundo das Finanças Sustentáveis e ao Investimento Socialmente Responsável versus, à esquerda, os indivíduos ligados ao mundo das empresas, da RSE e do Desenvolvimento Sustentável.

Vale ressaltar que esta reconstituição não apenas "tira uma fotografia" do espaço das práticas sociais do empresário como demonstra a sua evolução histórica. Assim, é possível inferir que a evolução das diferentes conotações atribuídas às práticas sociais dos empresários pode ser vista pelo viés da sociologia das gerações através do qual é possível explicar a sociedade a partir da compreensão da formação de grupos geracionais, ou seja, grupos formados a partir de uma mesma idade cronológica que compartilham uma mesma unidade histórico-social. Grün (1999) demonstra em sua pesquisa sobre as distinções criadas no campo organizacional entre os executivos auto-didatas e os executivos de mercado pode ser compreendida pelo viés da sociologia das gerações.

Assim, no primeiro quadrante situamos os protagonistas que pertencem ao primeiro momento [Filantropia Empresarial], ou seja, atores ligados à FIDES, ao IBASE e ao GIFE. No segundo e no quarto quadrante situamos os protagonistas que pertencem ao segundo e terceiro momento [Responsabilidade Social Empresarial, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade Empresarial]. E por fim, no terceiro quadrante situamos os protagonistas do Investimento Socialmente Responsável.

Estas oposições demonstram que a tomada de posição no espaço da Responsabilidade Social Empresarial depende muito menos da área de formação acadêmica, pois todos são, em sua maioria, formados na área de negócios, de que pela sua trajetória profissional, idade, e instituições pelas quais passou. Demonstra também que se trata muito menos de um espaço de práticas divergentes do que de um espaço homogêneo para a convergência de elites.

Também é possível observar uma polarização entre, de um lado, os atores ligados à esfera da Responsabilidade Social Empresarial e do Desenvolvimento Sustentável, e de outro, atores ligados às Finanças e à Governança Corporativa. A principal distinção é a de que os primeiros focam as suas práticas para os executivos das empresas enquanto os segundos focam as suas práticas para os investidores.

A incorporação da Sustentabilidade Empresarial pelo mundo das finanças recria, por exemplo, as distinções existentes entre a categoria de proprietário/acionista/investidor e a do gerente: de um lado temos executivos que desenvolvem ações "sustentáveis" baseados nas diretrizes do Instituto Ethos, de outro, os acionistas/investidores que re-constroem a sua própria noção do que significa ser "sustentável".

Trata-se, portanto, de uma recolocação do clássico problema da agência. Assim, de um lado temos o executivo de uma empresa buscando implementar as práticas de Responsabilidade Social no dia-a-dia da empresa, ao mesmo tempo em que deve atender às diferentes exigências de Sustentabilidade para a criação de valor para o acionista. Este dilema fica evidente no caso da avalanche de questionários que atingiu as empresas nos últimos 5 anos. São diferentes instituições utilizando os seus critérios específicos para avaliar a Sustentabilidade de uma empresa. Estes questionários possuem a particularidade de definir quais são as pautas prioritárias no que concerne a Sustentabilidade Empresarial e possuem um efeito norteador para o desenvolvimento das práticas de Responsabilidade Social Empresarial do dia-a-dia das empresas.

Esta relação recoloca em questão quem é que "dita" as regras sobre o que gera *valor* para a empresa em termos de Sustentabilidade Empresarial. São os agentes que fomentaram o Movimento da

Responsabilidade Social Empresarial na década de 90 ou as instituições ligadas ao Mercado Financeiro?

Esta questão ainda não possui uma resposta. O que é possível identificar é a existência de distinções no espaço das práticas sociais do empresário brasileiro a partir da incorporação destas práticas pelo espaço das finanças. A incorporação destas práticas é resultado de uma convergência de elites associadas ao mercado financeiro, ao terceiro setor, ao espaço acadêmico e até mesmo ao espaço sindical. Uma evidência da distinção semântica que se forma é a adoção de termos distintos como PPP versus ESG que, na pratica, dizem a mesma coisa. A tríade PPP é representada pelos que advogam em prol da Responsabilidade Social Empresarial através da idéia de *Triple Bottom Line* cunhada por John Elkington da consultoria SustainAbility através da qual a empresa deve atuar em prol das *People* (Pessoas*)*, *Profit* (Lucro) e *Planet* (Planeta). (ELKINGTON 2004). No entanto, no espaço das finanças, esta tríade é substituída pela ESG (*Environment, Society and Governance*)[6] Esta distinção entre duas siglas que à primeira vista querem dizer a mesma coisa demonstra uma nova estruturação da percepção subjetiva do mundo das finanças através da linguagem que é "o produto das lutas simbólicas anteriores e exprime, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de forças simbólicas" (BOURDIEU, 1994:139).

Deste modo, é possível afirmarmos que estamos diante de uma reconfiguração no espaço das práticas sociais dos empresários através do aparecimento de novos atores e novas formas de expressão as quais este artigo estrutura e esquematiza para a sua melhor compreensão.

Referências Bibliográficas

AGÜERO, Felipe. (2005) "Business, politics and the surge of corporate social responsibility in Latin America". *Antropolítica – Revista contemporânea de antropologia e ciência política***.** UFF Rio de Janeiro, n. 18

ASSIS, J. S. de. (2008) "PNBE chega à maioridade com perfil discreto e novas bandeiras". *Gazeta Mercantil* Disponível em <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/07/03/558/PNBE-chega-a-maioridadecom-perfil-discreto-e-novas-bandeiras.html> Acesso em 01 de Maio de 2009.

BEGHIN, Nathalie. (2005) *A filantropia Empresarial- nem caridade, nem direito*. V. 122 São Paulo: Ed. Cortez (Coleção Questões de nossa época).

BIANCHI. Álvaro (2001). "Crise e Representação Empresarial: o Surgimento do Pensamento Nacional das Bases Empresariais". *Revista de Sociologia e Política.* Curitiba, n.16, pp. 123-142.

BOURDIEU, Pierre. (1984) "Espace Social et Genèse des 'Classes'". *Actes de La Recherche en Sciences Sociales* Paris n. 52-53, pp. 3-15.

BOURDIEU, Pierre. (1982) "Décrire et préscrire: les conditions de possibilité et les limites de l' efficacité politique". In *Ce que parler veut dire – l'économie des échanges linguistiques.* Ed. Fayard.

BOURDIEU, Pierre. (1994) *O poder simbólico***.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. (Coleção Memória e Sociedade) Tradução de Fernando Tomaz.

[6] Para maiores detalhes ver por exemplo, o relatório lançado pelo International Finance Corporation em parceria com o grupo Mercer sobre o desenvolvimento do ESG em mercados emergentes. Há uma seção dedicada ao Brazil. « Gaining ground : integrating environmental, social and governance (ESG) factors into investment processes in emerging markets » Março 2009.

BRUNDTLAND, G (ed).(1987) *Our Common Future: The World Commission on Environment and Development*, Oxford: Oxford University Press.

CAMBA, D; FARIELLO, D; PAVINI, A. (2005) "ISE nasce para o investidor que quer muito mais do que o lucro". *Valor online* 02/12/2005. Disponível em <http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/eueinvestimento/49/ISE+nasce+para+investidor+que+quer+muito+mais+que+o+lucro,,,49,3412290.html> Acessado em 28/11/2006

CAPPELLIN, P; GIULIANI, G. M. (2004) "The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil: Social and Environmental Dimensions". *Technology, Business and Society* Programme Paper Number 14. United Nations Research Institute for Social Development. p. 01-67.

CARRION, R.S. M; GARAY, A. (2000) "Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor" *Revista Tempo Social* São Paulo: v. 12 n. 02 pp. 237-255.

CASTEL, Robert. (1998) *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário* 3ª Rio de Janeiro. Ed. Petrópolis.Tradução de Iraci D. Poleti.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato.(1993) "Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais***.** n.23

ELKINGTON, John. (1994) "Enter the triple bottom line". In, HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie. *The triple bottom line: does it all add up? Acessing the Sustainability of business and CSR.* Disponível em <http://www.johnelkington.com/TBL-elkington-chapter.pdf> Acesso em 08 de setembro de 2010.

FRIEDMAN, Milton. (1970) "The social responsibility of business is to increase its profits". *The New York Times Magazine***.** 13 de setembro de 1970. Disponível em <http://www.colorado.edu/studentgroups/libertarians/issues/friedman-soc-resp business.html> Acessado em 18 de fevereiro de 2009.

GOMES, Eduardo. (2007) "Além Do Mercado: Origens, Características E Trajetória Da Responsabilidade Social Das Empresas No Brasil". In GOMES, Angela de Castro. *Direitos e Cidadania: justiça, poder e mídia.* Rio de Janeiro: FGV.

GRÜN, Roberto. (1999) "Conflitos de Geração e Competição no mundo do trabalho". *Cadernos Pagu* n.13 pp. 63- 107.

GRÜN, Roberto. (2009) "Financeirização de Esquerda? Frutos inesperados no Brasil do século XXI". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. V21 n2 pp 153-184.

GUILHOT, Nicolas (2006). *Financiers, Philanthropes – Sociologie de Wall Street.* Paris: Raisons D'Agir.

JARDIM, Maria Ap. Chaves (2009) *Entre a Solidariedade e o Risco – Sindicatos e Fundos de Pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo. Annablume/FAPESP. Coleção TC- Trabalho e Contemporaneidade.

LOISELET, Eric. (2003) “Investissement Socialement Responsable: l’âge de la diffusion”. *L’économie politique.* v. 2 n. 18. pp. 62-74.

MANASSEH, Karina. (2007) *IFC promotes sustainability in Brazil*. Informação disponível em http://www.ifc.org/ifcext/media.nsf/Content/Brazil_Sustainability_Index_Jun07
Acesso em 17 de junho de 2007.

MANO, Cristiane. (2007) “Negócio Sustentável – a corrida por uma imagem sustentável”. *Exame***.** 09/05/2007. Disponível em http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_232184.shtml Acesso em 23 de março de 2010.

MATTOS, A. (2010) “Gestão para o futuro”. *Valoronline***.** 25/04/2007.

MINELLA, Ary C. (2009) “Bancos e banqueiros no Brasil: uma análise sociopolítica”. In: Ana Paula Carletto MONDADORE, A.P.C.; PEDROSO NETO, A.J.; LEITE, E.da S.; Maria Aparecida Chaves JARDIM, M.A.C.; SARTORE, M.de S.. (Org.). *Sociologia Econômica e das Finanças: um projeto em construção*. 1a ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, pp. 275-297

MONZONI, Mário (2008). *Palestra.* Fórum dos Investidores. (Anotações do caderno de campo).

NOGUEIRA, Ricardo (2005) *ISE- Índice de Sustentabilidade Empresarial* – [Apresentação em Slide show] 2005 [Internet] Disponível em www.ces.fgvsp.br/arquivos/conferencia_internacional_p7%20bovespa.pdf

PRADO, Alberto; ROSENBURG, Cynthia. (2007) “O Banqueiro Verde”. *Época Negócios.* 26/07/2007. Disponível em http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_232184.shtml Acesso em 23 de março de 2010.

REBOUÇAS, Lúcia.(2006) “Previ participa do Global Compact”. *Suplemento Especial Gazeta Mercantil*. 09/10/2006. p.02

SÃO PAULO. (2006) “Fundos do ABN e do Itaú foram os precursores”. *Valoronline* 13/03/2006. [internet] Disponível em http://www.valoronline.com.br/valoreconomico/285/financas/54/Fundos+do+ABN+e+do+Itau+foram++precursores,,,54,3576567.html Acessado em 28/11/2006

SARTORE, M. S.(2006) *A inserção da responsabilidade social do setor bancário no contexto da governança corporativa.* São Carlos: UFSCar 91 p. Dissertação Mestrado em Engenharia de Produção-UFSCar.

YOUNG, Ricardo. (2008) *Entrevista*. Informação disponível em http://www.consumidormoderno.com.br/canais/responsabilidade-social/responsabilidade-social-1/entrevista-com-ricardo-young-parte-1 Acessado em 08 de fevereiro de 2009

Referências Endereços Eletrônicos

CES (2010) *Finanças Sustentáveis* Disponível em http://ces.fgvsp.br/gvces/index.php?page=Conteudo&id=25 Acesso em 21 de outubro de 2010

ECO-FINANÇAS. (2010) *Apresentação.* Disponível em http://ef.amazonia.org.br/?fuseaction=guiaDetalhes&id=223366&tipo=6&cat_id=157&subcat_id=549 Acesso em 08 de setembro de 2010.

FIDES. (2010) *O que é***.** Informação disponível em <http://www.fides.org.br/apresentacao_oquee.htm> Acessado em 27 de janeiro de 2010.

FIDES. (2010b) *Apresentação Curadoria.* Disponível em <http://www.fides.org.br/apresentacao_curadoria.htm#um> Acessado em 27 de janeiro de 2010b.

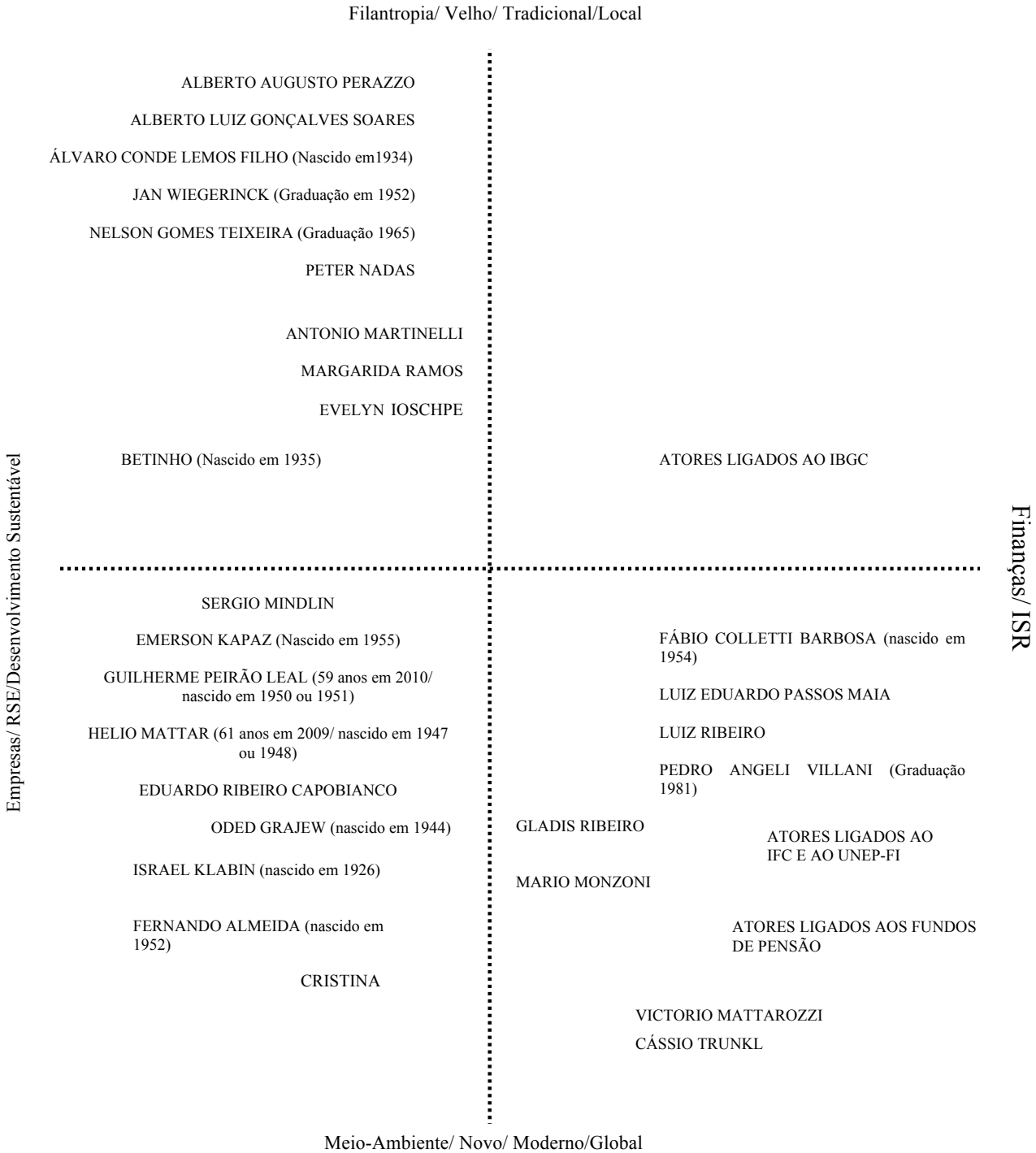
GIFE. Disponível em <http://www.gife.org.br/> Acessado em 08 de fevereiro de 2009.

IBASE (2010) *Informação* disponível em <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=40> Acesso em 27 de Janeiro de 2010.

Fontes Biográficas

Sobre Oded Grajew:<http://www.britishcouncil.org/br/brasil-alumni-events-oded-grajew.htm> Acesso em 27 de janeiro de 2010

Sobre Emerson Kapaz:<http://www.corpore.org.br/cws_exibeconteudogeral_742.asp> Acesso em 27 de janeiro de 2010

ANEXO 1

O ESPAÇO DOS ATORES DAS PRÁTICAS SOCIAIS DOS EMPRESÁRIOS E SUAS POLARIZAÇÕES